

PLANO DE TRABALHO

FIELD PROJECT	MEIOS DE PAGAMENTOS, SPLIT PAYMENTS E A REFORMA TRIBUTÁRIA DO CONSUMO						
AUTORIA	LEONARDO DE ANDRADE COSTA E GABRIELA BORGES				DISCENTES Nº MÁX.	10	
SUPERVISÃO	GUSTAVO TINOCO DE SANTANA				DISCENTES Nº MÍN.	6	
REQUISITOS	Aberto para todo o corpo discente						
PÚBLICO ALVO							
CÓDIGO	GRDDIR003 / GRDDIR037 / GRDDIR039 / GRDDIR041	PERÍODO	2025.1	NATUREZA	PRÁTICA	CARGA HORÁRIA	60h

EMENTA	<p>O Field Project intitulado "Meios de pagamentos, Split Payments e a Reforma Tributária do Consumo" aborda uma das mudanças mais significativas no sistema tributário brasileiro em décadas, proposta pelo Projeto de Lei Complementar (PLP) 68/2024. A introdução do <i>split payment</i> — um mecanismo que o recolhimento dos tributos (IBS e CBS) ocorre no momento da liquidação financeira da transação de pagamento eletrônico, diretamente pelo prestador de serviço financeiro (intermediário financeiro, como instituições de pagamentos) — representa uma inovação tecnológica e jurídica que visa simplificar a arrecadação tributária, combater a sonegação e promover maior eficiência no sistema fiscal. Apesar de seus potenciais benefícios, a implementação do <i>split payment</i> também levanta desafios complexos para os diversos atores envolvidos. Empresas precisarão adaptar seus sistemas operacionais e financeiros para atender às novas exigências, consumidores poderão enfrentar mudanças na experiência de compra, e a administração tributária terá que lidar com a supervisão e a fiscalização de um modelo automatizado. Além disso, a compatibilidade desse sistema com princípios constitucionais e práticas comerciais preexistentes gera um campo fértil para análise jurídica e econômica.</p> <p>Neste contexto, este <i>field project</i> busca explorar os impactos e desafios do sistema de <i>split payment</i>, analisando seus desdobramentos para as relações comerciais, o mercado de consumo e a arrecadação tributária no Brasil. O projeto se propõe a oferecer uma contribuição prática ao debate, apresentando diagnósticos e soluções que possam mitigar os obstáculos da transição e maximizar os potenciais benefícios para todos os agentes econômicos envolvidos.</p>						
PROBLEMA	Como o sistema de <i>split payment</i> impactará a dinâmica tributária e operacional das relações de consumo, e quais são os desafios e oportunidades que ele apresenta para os principais atores (empresas, consumidores e administração tributária)?						
PRODUTO	Relatório analítico: Documento final com diagnóstico dos desafios e oportunidades, incluindo recomendações práticas e jurídicas para os setores afetados.						
OBJETIVO	Analisar os desafios e impactos do <i>split payment</i> no novo modelo tributário brasileiro, compreendendo suas implicações práticas, jurídicas e econômicas, e propor soluções e recomendações para os agentes envolvidos.						
METODOLOGIA	<p>1. Planejamento Estratégico</p> <ul style="list-style-type: none"> Etapas do Projeto: <ol style="list-style-type: none"> Estudo inicial e revisão bibliográfica: Analisar o texto do PLP 68/2024 e casos comparados de <i>split payment</i> em outros países. Levantamento de dados: Identificar atores afetados (empresas, consumidores, autoridades fiscais) e mapear desafios específicos. <p>2. Procedimentos Metodológicos</p> <ul style="list-style-type: none"> Análise documental e legislativa: Estudo detalhado do PLP 68/2024 e correlatos. Estudo comparado: Levantar casos internacionais para identificar boas práticas e dificuldades similares. Elaboração de produtos: Construção do relatório analítico, cartilha explicativa e estruturação do produto final. <p>Estratégias de Divulgação:</p> <ul style="list-style-type: none"> Distribuição digital do Relatório por meio de redes sociais e pela imprensa. Envio para autoridades e instituições relacionadas à implementação do sistema. 						
HABILIDADE Exigência MEC RESOLUÇÃO nº 5, 18 de dezembro de 2018	X	Interpretar/aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira comparada, quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas.					
	X	Demonstrar competência na leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos, de caráter negocial, processual ou normativo, bem como a devida utilização das normas técnico-jurídicas.					
	X	Demonstrar capacidade para comunicar-se com precisão.					
	X	Dominar instrumentos da metodologia jurídica, sendo capaz de compreender e aplicar conceitos, estruturas e racionalidades fundamentais ao exercício do Direito.					
	X	Adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicos com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito.					
		Desenvolver a cultura do diálogo e o uso de meios consensuais de solução de conflitos.					
	Compreender a hermenêutica e os métodos interpretativos, com a necessária capacidade de pesquisa e de utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito.						

	Ter competências para atuar em diferentes instâncias extrajudiciais, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos.
	Utilizar corretamente a terminologia e as categorias jurídicas.
	Aceitar a diversidade e o pluralismo cultural.
	Compreender o impacto da inteligência artificial e das novas tecnologias na área jurídica.
	Possuir o domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.
X	Desenvolver a capacidade de trabalhar em grupos formados por profissionais do Direito ou de caráter interdisciplinar.
	Apreender conceitos deontológico-profissionais e desenvolver perspectivas transversais sobre direitos humanos.
	Outras:
PROGRAMA GERAL (cronograma dos encontros semanais presenciais (em média 15))	
ATIVIDADE	TEMA
1	Introdução ao Projeto <ul style="list-style-type: none"> • Apresentação do projeto e seus objetivos. • Introdução ao conceito de <i>split payment</i> e contextualização do PLP 68/2024. • Alocação de grupos de trabalho e temas específicos de pesquisa.
2	Revisão Bibliográfica e Estudo Teórico <ul style="list-style-type: none"> • Análise da legislação tributária brasileira atual e do texto do PLP 68/2024. • Estudo comparado: análise de sistemas semelhantes adotados em outros países. • Discussão inicial sobre desafios e oportunidades do modelo.
3	Análise Jurídica do <i>Split Payment</i> <ul style="list-style-type: none"> • Impactos jurídicos: constitucionalidade, compatibilidade com o sistema tributário brasileiro. • Discussão sobre princípios como simplicidade, eficiência e segurança jurídica. • Participação de especialista convidado (professor ou advogado tributarista).
4	Impactos Econômicos <ul style="list-style-type: none"> • Avaliação de impactos econômicos para empresas, consumidores e o governo. • Discussão sobre custos de transição e efeitos na arrecadação. • Participação de economista convidado.
5	Aspectos Tecnológicos e Operacionais <ul style="list-style-type: none"> • Análise das mudanças operacionais necessárias para implementar o <i>split payment</i>. • Discussão sobre a integração de sistemas de pagamentos com plataformas tributárias. • Participação de especialista em tecnologia financeira ou contador.
6	Levantamento de Problemas <ul style="list-style-type: none"> • Discussão dos principais desafios práticos e teóricos levantados até o momento. • Trabalho em grupo para organizar os problemas em categorias temáticas. • Divisão de tarefas para redação e revisão dos materiais
7	Pesquisa de Campo <ul style="list-style-type: none"> • Discussão de posicionamento de stakeholders: empresários, consumidores, juristas e autoridades fiscais. • Pesquisa de repercussão de mercado. • Início da revisão e formatação do relatório parcial.
8	Entrega Parcial de Relatório Analítico
9	Apresentação de Expositor Convidador <ul style="list-style-type: none"> • Participação de Convidado para discutir os principais aspectos do PLP 68/2024 e suas possíveis repercussões jurídicas e econômicas.
10	Análise dos Dados Coletados <ul style="list-style-type: none"> • Discussão em sala sobre os dados obtidos na pesquisa de campo. • Organização de insights e lacunas de informação.
11	Coleta de Dados (2ª rodada) <ul style="list-style-type: none"> • Ampliação da pesquisa com foco em casos práticos.
12	Encontro de Acompanhamento da Elaboração dos Produtos I <ul style="list-style-type: none"> • Revisão e formatação do relatório.
13	Encontro de Acompanhamento da Elaboração dos Produtos II <ul style="list-style-type: none"> • Revisão e formatação do relatório.
14	Acompanhamento da Elaboração dos Produtos III <ul style="list-style-type: none"> • Revisão e formatação do relatório.
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	Tipos de avaliação e respectivas pontuações ou pesos: entrega de tarefas, trabalhos, participação etc. sem correspondência com pontuações ou notas, podendo a distribuição ser feita por meio de percentuais. Conceitos: A (ótimo); B (bom); C (suficiente) e D (insuficiente).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA	<p>BRASIL. Projeto de Lei Complementar n. 68, de 2024. Institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS); e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 10 ago. 2024. Disponível em: https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/164914. Acesso em: 2 dez. 2024.</p> <p>BRASIL. Senado Federal. Relatório do Grupo de Trabalho criado em decorrência da aprovação do REQ nº 66, de 2024 – CAE, com o objetivo de avaliar periodicamente a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional. Brasília, DF: Senado Federal, 2024. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/arquivos/2024/10/29/relatorio-gt-cae.pdf. Acesso em: 2 dez. 2024.</p> <p>ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. <i>Consumption Tax Trends 2022: VAT/GST and Excise Rates, Trends and Policy Issues</i>. Paris: OECD Publishing, 2022. Disponível em: https://www.oecd.org/content/dam/oecd/en/publications/reports/2022/11/consumption-tax-trends-2022_170b56f9/6525a942-en.pdf. Acesso em: 27 de nov. 2024.</p> <p>GRYZIAK, Bartosz. Split Payment Across the European Union-Review and Analysis. 2020.</p>
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	<p>COHEN, Gabriel Schwartzman. Direito dos Meios de Pagamento. São Paulo: Quartier Latin, 2023.</p> <p>DA SILVA OLIVEIRA, Luciana M. Vieira. A COBRANÇA EFICIENTE DOS TRIBUTOS SOBRE O CONSUMO COMO INSTRUMENTO DE SUSTENTABILIDADE FISCAL, SEGURANÇA JURÍDICA E DEFESA DA LIVRE CONCORRÊNCIA. Revista de Direito Contábil Fiscal, v. 3, n. 5, p. 159-177, 2021.</p> <p>SARNOWSKI, Jan; SELERA, Paweł. European compact against tax fraud—VAT solidarity and new dimension of effective and coherent tax data transfer. In: ERA Forum. Berlin/Heidelberg: Springer Berlin Heidelberg, 2020. p. 81-93.</p> <p>SARNOWSKI, Jan; SELERA, Paweł. Two years with split payment model for VAT: Poland’s experience and conclusions. Tax advisory-Tax Studies Institute Bulletin, v. 10, n. 290, p. 4-12, 2020.</p> <p>GRYZIAK, Bartosz. Tax chargeability under the EU tax law and its earlier payment—on example of the Polish VAT and Excise Tax. Tax advisory-Tax Studies Institute Bulletin, v. 12, n. 328, p. 50-61, 2023.</p>